

CAIDAR DO QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ

há mais de 90 anos, isso é o que importa para nós.

Proteger: em apenas três sílabas, cabem mais de 90 anos de história. Porque a MAPFRE nasceu para garantir que suas conquistas estejam sempre protegidas e, você, sempre tranquilo

Pode ser um carro, um imóvel, uma empresa e até o futuro: se é importante para o segurado, estamos aqui para cuidar.

 **MAPFRE**





Introdução

A Administração do Grupo MAPFRE submete o Relatório da Administração, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, à apreciação de seus acionistas e sociedade.

O ano de 2023 foi de forte desempenho¹ e avanços consistentes da MAPFRE no Brasil. A companhia encerrou o período com um **lucro líquido de 233 milhões de euros no país** – um salto de **62% em relação ao ano anterior**. A operação brasileira registrou ainda um **crescimento de 5,9% nos prêmios** emitidos em 2023, **totalizando 5,1 bilhões de euros**, em comparação com 4,9 bilhões de euros em 2022.

Todos os segmentos de atuação da MAPFRE obtiveram resultados positivos no país. As performances mais expressivas devem-se ao **Seguro Rural**, com **crescimento de 7,4%**, e ao **Seguro de Vida**, com **5,6%**. Importante destacar também a carteira de **Seguro Auto** – a partir de adaptações tarifárias, com a implementação de estratégias de precificação mais competitivas, o segmento registrou **aumento de 0,9%** em relação ao ano anterior.

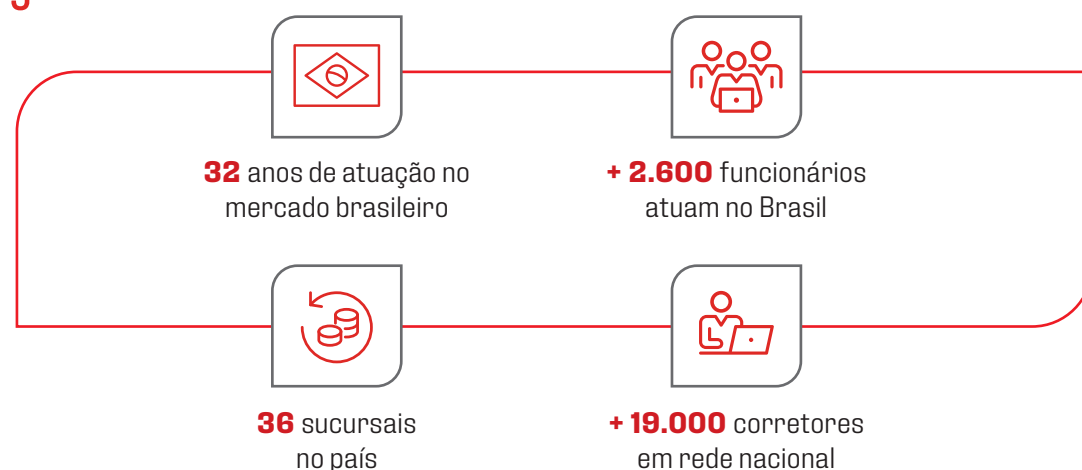
Com isso, em 2023, o Brasil foi responsável por mais de um terço do lucro líquido da MAPFRE no mundo e por quase 19% dos prêmios emitidos, lembrando que somos o maior mercado da companhia fora da Espanha. No contexto global, a MAPFRE registrou lucro líquido de **691,8 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 7,7% em relação a 2022. Sua receita total foi de **32,2 bilhões de euros**, **9,2% a mais do que em 2022**, graças ao aumento de 9,7% nos prêmios emitidos, que alcançaram **26,9 bilhões de euros**, e a maiores receitas financeiras.

32 anos de confiança e proteção

A MAPFRE é uma das maiores companhias multinacionais de prestação de serviços nos mercados segurador e financeiro. Presente no Brasil desde 1992, atua em seguros, investimentos, consórcios, capitalização, previdência e assistência a residências e veículos.

Com o propósito “Cuidamos do que é importante para você”, a MAPFRE protege mais de 6 milhões de clientes por meio de 36 sucursais em todo o país. Esse trabalho é realizado diariamente por cerca de 2.600 colaboradores e conta com o apoio de 19 mil corretores de nossa rede nacional de parceiros. Em 2023, atendemos mais de 470 mil solicitações de assistências, sendo os serviços para automóveis e agronegócio os mais acionados pelos segurados.

A companhia adota compromissos internacionais, como os Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), e integra o Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), além de manter a Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos que promove e investe em iniciativas e pesquisas voltadas ao bem-estar social.



A companhia opera nas seguintes linhas no Brasil:



SEGUROS

Primeiro grupo² do país no Mercado de Riscos (14,6% de participação); líder em Agronegócios (68%) e Grandes Riscos (10,5%).



INVESTIMENTOS

Administra mais de R\$ 15 bilhões de recursos em fundos para pessoa física, pessoa jurídica e instituições.



CONSÓRCIOS

A BR Consórcios, sócia da MAPFRE na operação de consórcios, vendeu R\$ 1,62 bilhão, sendo 111% do orçamento, e teve um crescimento de 27% em relação a 2022.

Nossa estrutura

REGIONAL BRASIL

HOLDINGS E DEMAIS EMPRESAS

- MAPFRE Brasil Participações S/A
- MAPFRE Participações S/A
- Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.
- Protenseg Corretora de Seguros Ltda.

SEGUROS

- MAPFRE Seguros Gerais S/A
- MAPFRE Vida S/A
- MAPFRE Previdência S/A
- MAPFRE Capitalização S/A

BRASILSEG³

- BB MAPFRE Participações S/A
- Brasilseg Companhia de Seguros
- Aliança do Brasil Seguros S/A

SERVIÇOS FINANCEIROS

- MAPFRE Investimentos Ltda.
- MAC Investimentos S/A

¹ Critério homogeneizado ao IRFS17 – International Financial Reporting Standards.

² As empresas que compõem a MAPFRE Brasil são: MAPFRE Brasil Seguros Gerais, MAPFRE Brasil Vida, Brasil Veículos, MAPFRE Brasil Previdência, MAPFRE Brasil Capitalização, Aliança do Brasil, Cia. de Seguros Aliança do Brasil.

³ A MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolida em sua totalidade as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas.





Um ano memorável

2023 foi considerado um período histórico para a MAPFRE no Brasil, com conquistas que demonstram um desempenho financeiro robusto e o crescimento da nossa operação no país.

Para atingir um lucro líquido de 233 milhões de euros – 62% maior do que em 2022 –, concentramos esforços significativos em atualizações sistêmicas, em estratégias de tarifação e subscrição e em reforçar nosso time de profissionais.

Por meio da constante adaptação de nosso negócio ao mercado brasileiro, garantimos a oferta de produtos relevantes para nossos clientes. Destaco também nossa atuação multicanal e a bem-sucedida parceria com o Banco do Brasil, que proporciona a flexibilidade e a conveniência que os clientes esperam de uma empresa líder de mercado.

Em 2023, comemoramos o progresso de todas as frentes do negócio, impulsionado pela recuperação técnica da companhia e pelo volume da taxa de juros. Três segmentos foram os principais responsáveis pelos resultados positivos. Em Seguro Rural, tivemos um ano livre dos episódios climáticos que afetam a carteira. Em Vida, os efeitos da pandemia felizmente ficaram no passado. E em Automóvel, implementamos com êxito um plano competitivo de precificação.

O Brasil é o segundo maior mercado da MAPFRE no mundo, com quase 30% de participação – o que nos traz muito orgulho e também aumenta a nossa responsabilidade com a sociedade. Nosso desafio em 2024 é crescer com rentabilidade, tendo os critérios ASG cada vez mais presentes em nosso negócio. E estamos preparados para isso, com investimentos em tecnologia, processos e pessoas que certamente nos permitirão equilíbrio em nossa trajetória de evolução.

Felipe Nascimento
CEO MAPFRE Brasil

Sustentabilidade

Na MAPFRE, integrar a sustentabilidade à estratégia e aos processos do negócio é um compromisso contínuo e que responde às tendências e riscos apresentados pelos desafios atuais do planeta. Para materializá-la em nossas iniciativas, contamos com o Plano de Sustentabilidade 2022-2024: com quatro eixos e doze linhas de atuação, o material reúne os objetivos que buscam gerar oportunidades para o negócio, minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos na economia, no meio ambiente e na sociedade.

Em 2023, todos os países, unidades de negócio e áreas corporativas da MAPFRE avançaram no cumprimento dos objetivos. No Brasil, as iniciativas ASG implementadas tiveram vocação especial para as questões de impacto financeiro e social, com destaque a três projetos:



MAPFRE INVESTIMENTOS

100% dos nossos fundos contemplam um ou mais aspectos que atendem critérios socioambientais



MAPFRE SÊNIOR

Oferece produtos e serviços capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do público 60+



MAPFRE NA FAVELA

Focado no desenvolvimento de produtos de microsseguros voltados para os micro e pequenos empreendedores locais das favelas



Fundación MAPFRE

A Fundación MAPFRE, instituição sem fins lucrativos criada pela MAPFRE, promove e financia atividades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento da sociedade. Como agente de desenvolvimento econômico e social, materializa sua contribuição social ao realizar estudos e pesquisas, divulgar bolsas e prêmios, disseminar conhecimento sociocultural e fomentar ações sociais em saúde, segurança viária e educação em seguros.

Em 2023, completamos 30 anos de atuação no Brasil e beneficiamos mais de 2 milhões de pessoas durante o ano por meio dos programas desenvolvidos e dos convênios firmados com governos e municípios. São eles:

Em Prevenção e Segurança Viária:

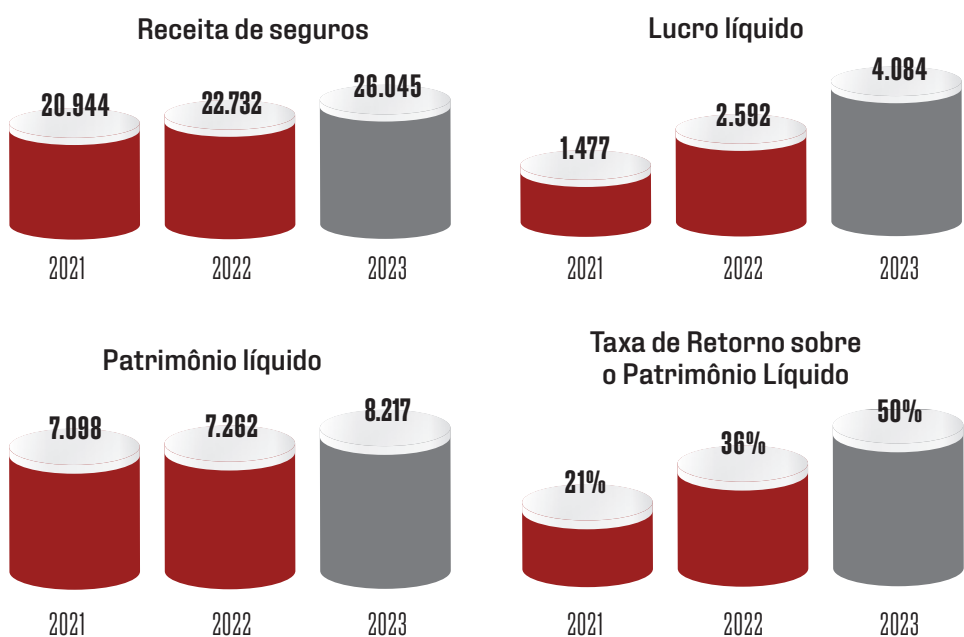
o programa Educação Viária é Vital contribuiu para a formação de mais de 197 mil alunos e 5 mil professores nos projetos desenvolvidos em 1.336 escolas do Brasil;

Em Promoção da Saúde:

ampliamos o programa Viver com Saúde – Saúde Mental nas Escolas para os estados de Minas Gerais e Bahia, com mais de 1,17 milhão de beneficiários presenciais e digitais.

Desempenho econômico e financeiro (em milhões de reais)

As medidas de desempenho foram atualizadas e consideram as métricas de apuração de acordo com a nova prática contábil do IFRS 17 (CPC 50) adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando inclusive o efeito de reapresentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022.



Índice Combinado	2021	2022	2023
Índice Combinado IRFS 4 Local	97%	89%	83%
Prêmio Ganho	18.763	22.716	25.939
Sinistro + Custo Aquisição + DA + DO + Resseguro	(18.124)	(20.265)	(21.539)
Índice Combinado IRFS 17 (CPC 50) (**)	(*)	85%	78%
Receita Líquida Cessão		18.202	20.801
Despesa Líquida de Recuperação		(15.563)	(16.204)

*De acordo com o estabelecimento pelo requerimento contábil, os saldos de 2021 não foram reapresentados, sendo os montantes comparativos a partir de 2022.
**A principal mudança, além da mensuração dos novos modelos, está na alocação do resultado de resseguro.

Agradecimentos

A Administração do Grupo MAPFRE agradece aos acionistas, parceiros de negócios, fornecedores, clientes, sociedade e à comunidade financeira pelo indispensável apoio e pela confiança, assim como aos nossos profissionais, que tornaram possível a conquista do desempenho aqui apresentado.

São Paulo, 29 de abril de 2024
A Administração



MAPFRE Brasil Participações S.A.

CNPJ: 09.007.935/0001-74



BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023 (representado)	2022 (representado)	2023 (representado)	2022 (representado)
Circulante		454.293	464.418	190.584	18.161.599
Caixa e equivalente de caixa		56	342	25	202.581
Ativos financeiros	5	337.468	401.208	63.103	13.502.261
Mensuradas a valor justo por meio do resultado de outros resultados abrangentes		337.468	385.810	63.103	13.348.144
Mensuradas a custo amortizado		-	15.398	-	203.811
Outros recebíveis	6	75.115	25.868	51.402	436.519
Ativos de contratos de resseguro	11	-	-	-	3.810.379
Ativo fiscal corrente	7	41.654	37.000	76.054	209.859
Ativo não circulante		5.283.848	4.580.587	4.521.621	13.560.901
Ativos financeiros	5	252.924	37.592	35.877	5.774.599
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		252.924	37.592	35.877	5.774.599
Mensuradas a custo amortizado		-	-	-	5.253.814
Outros recebíveis	6	630	-	-	89.213
Ativos de contratos de resseguro	11	-	-	-	620.585
Ativos fiscais diferidos	7	3.187	8.526	2.807	1.544.387
Depósitos judiciais	15	650	-	-	1.767.296
Participações societárias	8	5.019.268	4.527.759	4.476.312	12.213
Demais investimentos		-	-	-	260
Imobilizado	9	1.438	959	874	628.413
Intangível	10	5.751	5.751	5.751	3.123.955
Total do ativo		5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

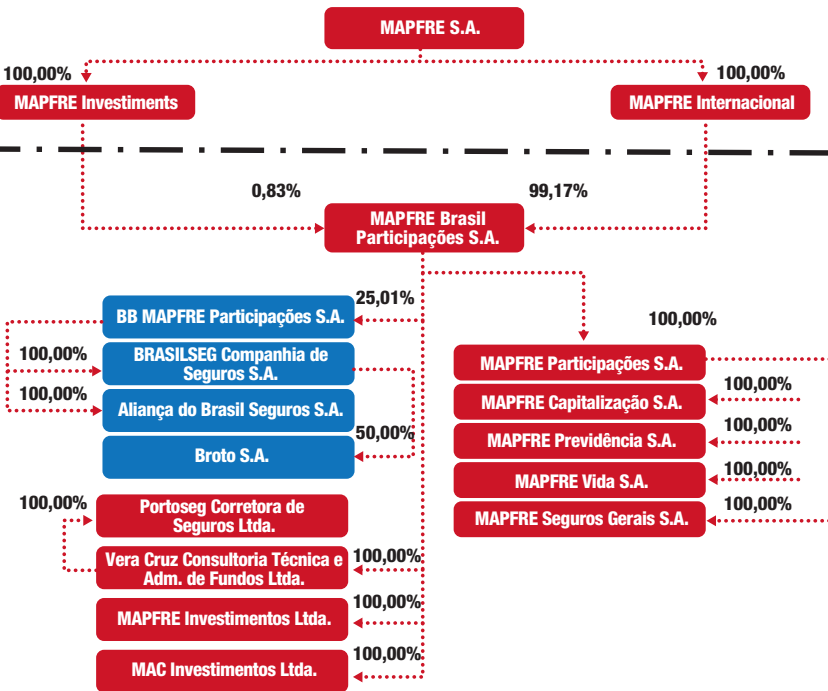
	Reserva de lucros						Participação de não controladores	Total	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2022, publicado anteriormente	3.038.709	593.127	239.902	787.605	(234.285)	-	4.425.058	6.848.536	
Ajuste na aplicação inicial da IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquido de impostos	-	-	-	(61.545)	33.207	-	(28.338)	277.927	249.589
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (representado)	3.038.709	593.127	239.902	726.060	(201.078)	-	4.396.720	7.098.125	
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	-	-	-	-	(92.425)	-	(92.425)	4.555	(87.870)
Outros resultados abrangentes - IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquidos dos impostos	-	-	-	-	-	31.479	-	31.479	(18.003)
Dividendos pagos em 06 de abril de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	(160.000)
Dividendos pagos em 11 de agosto de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.110)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	720.490	720.490	1.871.567	2.592.057
Destinações:									
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(173.872)	(173.872)	-
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.986.601)
Reservas	-	36.605	510.013	-	-	-	-	-	(546.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (representado)	3.038.709	593.127	276.507	1.042.963	(262.024)	-	4.689.282	2.572.923	7.262.205
Aumento de capital de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	31.200	31.200
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	-	-	-	(577)	222.464	-	221.887	57.640	279.527
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(34.785)	-	(34.785)	22.176	(12.609)
Dividendos pagos em 03 de março de 2023	-	-	-	(141.250)	-	-	-	-	(141.250)
Dividendos pagos em 05 de maio de 2023	-	-	-	(163.400)	-	-	-	-	(163.400)
Dividendos pagos em 22 de setembro de 2023	-	-	-	(137.500)	-	-	-	-	(137.500)
Dividendos pagos em 06 de novembro de 2023	-	-	-	(138.531)	-	-	-	-	(138.531)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.264.622	1.264.622	2.819.439	4.084.061
Destinações:									
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(312.062)	(312.062)	-
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.533.912)
Reservas	-	65.697	886.863	-	-	-	(952.560)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.038.709	593.127	342.204	1.348.568	(74.345)	-	5.248.263	2.969.466	8.217.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Brasil Participações S.A. (doravante designada por "GRUPO" ou "Companhia"), controlada da MAPFRE S.A. entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 e em 29 de setembro de 2010, iniciou suas operações. A Companhia, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras. Com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711 - 21º andar em São Paulo - Brasil e cadastrada sobre o CNPJ nº 09.007.935/0001-74. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo:



a) Incorporação das empresas MAPFRE Investimentos e Participações S.A. e MS Participações Ltda.: Essas demonstrações financeiras contemplam a incorporação das empresas MAPFRE Investimentos e Participações S.A. e MS Participações Ltda. em 1º de novembro de 2023 onde a Controladora incorporou a totalidade dos ativos e passivos com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram as incorporações através das Assembleias Geral Extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023 respectivamente. Os saldos contábeis incorporados estão apresentados abaixo:

Ativo	Passivo	
Circulante	Circulante	118
Equivalente de caixa	Contas a pagar	118
Títulos e créditos a receber	Obrigações a pagar	113
Títulos e créditos a receber	Impostos e contribuições	5
Créditos tributários e previdenciários	Passivo não circulante	709
Ativo não circulante	Outros débitos	709
Realizável a longo prazo	Provisões judiciais	709
Aplicações	Outros débitos	709
Títulos e créditos a receber	Provisões judiciais	709
Títulos e créditos a receber		
Depósitos judiciais e fiscais		
Investimentos	Patrimônio líquido (*)	106.871
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	107.698

(*) Patrimônio Líquido incorporado contra Participações Societárias em Investidas da empresa Controladora

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram submetidas para aprovação do Conselho de Administração em 29 de abril de 2024. b) **Críticos de consolidação:** Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das companhias participantes da consolidação, bem como foram eliminadas as participações societárias e os saldos resultantes de operações realizadas entre as Companhias. As participações no patrimônio líquido e no resultado das companhias ligadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, não pertencentes na totalidade à MAPFRE Brasil Participações S.A., foram classificadas de não controladores. A MAPFRE Brasil Participações S.A. é a controladora das demonstrações financeiras devido deter 50,01% do capital votante da BB MAPFRE Participações S.A., além da MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolidou-se as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e indiretas a seguir relacionadas:

Controladas	% Participação de capital	
	2023	2022
MAPFRE Participações S.A.	Direta 100,00	Indireta 100,00
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	-	100,00
MAPFRE Vida S.A.	-	100,00
MAPFRE Capitalização S.A.	-	100,00
MAPFRE Previdência S.A.	-	100,00
BB MAPFRE Participações S.A.	25,01	25,01
Brasileg Companhia de Seguros	-	25,01
Aliança do Brasil Seguros S.A.	-	25,01
Broto S.A.	-	50,00
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	100,00	-
MS Participações Ltda.	-	100,00
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	-	100,00
MAPFRE Investimentos Ltda.	100,00	0,10
MAC Investimentos S.A.	100,00	-
Profenseg Corretora de Seguros Ltda.	-	100,00

MAPFRE Seguros Gerais S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cossseguros nos ramos de autos, vida e elementares. MAPFRE Vida S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cossseguros nos ramos de pessoas e vida. MAPFRE Capitalização S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera na modalidade de capitalização. MAPFRE Previdência S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência. Brasileg Companhia de Seguros é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cossseguros nos ramos de seguros rurais e seguro habitacional. Aliança do Brasil Seguros S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que opera em seguros e cossseguros nos ramos de dança e seguros rurais. Broto S.A. é uma companhia que tem por objeto a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral, incluindo bens e serviços de qualquer natureza inclusive insumos, máquinas, bens de consumo, bens de capital, produtos financeiros, produtos securitários, dentre outros; (ii) criação, edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais; (iii) a realização de cursos, eventos ou atividades associadas à difusão de conhecimento, presencias ou a distância; e (iv) a prestação de serviço de correspondente no País. MAPFRE Participações S.A. e BB MAPFRE Participações S.A. são sociedades por ações de capital fechado que operam como holdings de companhias seguradoras. A MAC Investimentos S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, administração de fundos por contrato ou comissão e a participação como acionista em instituições não financeiras. A Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda., é uma sociedade limitada opera com prestação de serviços. A MAPFRE Investimentos Ltda., sociedade limitada, tem por objeto social (i) o exercício profissional da gestão de recursos, bem como a distribuição de cotas de fundos de investimento dos quais seja gestora, e (ii) a participação no capital de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista ou quotista. PROTENSEG, sociedade limitada que tem por objeto social (i) a corretagem de seguros em todos os ramos; e (ii) a participação em outras sociedades, simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras, sendo vedada a participação em sociedades seguradoras; e (iii) a prestação de serviços de consultoria na contratação de seguros. Foram também objeto da consolidação os fundos de investimentos exclusivos relacionados a seguir, os quais são considerados como entidades de propósito específico, para os quais foram desistadas e eliminados os saldos entre ativos e passivos e as receitas e despesas correspondentes das operações realizadas entre a Controladora, Controladas e estas entidades.

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023 (representado)	2022 (representado)	2023 (representado)	2022 (representado)
Circulante		339.556	192.964	147.413	14.021.189
Passivos de contratos de seguro	11	-	-	-	12.064.306
Outros passivos	13	339.556	192.964	147.413	1.834.340
Passivos financeiros	14	-	-	-	122.343
Passivo não circulante	11	150.322	162.759	168.072	9.483.592
Passivos de contratos de seguro	7	-	-	-	6.505.805
Passivos fiscais diferidos	11	146.626	153.536	167.364	562.102
Outros passivos	13	3.033	9.217	-	338.805
Passivos financeiros	14	-	-	-	435.977
Provisões judiciais	15	663	6	708	1.640.893
Patrimônio líquido	16	5.248.263	4.689.282	4.396.720	8.217.729
Capital social		3.038.709	3.038.709	3.038.709	3.038.709
Reservas		2.209.899	1.912.597	1.559.089	2.283.899
Ajustes de avaliação patrimonial		(74.345)	(262.024)	(201.078)	(74.345)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	2.969.466
Total do passivo e patrimônio líquido		5.738.141	5.045.005	4.712.205	31.722.500

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023 (representado)	2022 (representado)	2023 (representado)	2022 (representado)
Receitas de seguros	17a.i	-	-	26.044.919	22.732.416
Despesas com prestação de serviços de seguros	17a.ii	-	-	(18.103.938)	(19.297.953)
Resultado líquido com contratos de resseguros	17a.iii	-	-	(3.343.898)	(795.052)
Resultado da prestação de serviços de seguros				4.597.083	2.639.411
Receita financeira dos contratos de seguros				592.662	506.715
Despesa financeira dos contratos de seguros				(1.320.295)	(1.106.850)
Resultado financeiro das operações de seguros	17a.iv	-	-	(927.613)	(600.135)
Outras receitas e despesas operacionais	17b (15.730)	(40.529)	(128.008)	(133.448)	(133.448)
Outras despesas administrativas	17c (36.416)	(11.787)	(113.370)	(44.138)	(44.138)
Outros resultados financeiros	17d	58.800	21.790	1.927.306	1.583.682
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	17e	1.280.321	761.493	9.306	6.542
Lucro antes dos impostos		1.286.975	730.967	5.364.434	3.451.914
Imposto de renda e contribuição social	18 (22.353)	(10.477)	(1.280.373)	(859.857)	(859.857)
Lucro líquido do exercício	18	1.264.622	720.490	4.084.061	2.592.057
Acionistas controladores				1.264.622	720.490
Participação de acionistas não controladores				-	2.819.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023 (representado)	2022 (representado)	2023 (representado)	2022 (representado)
Lucro líquido do exercício	1.264.622	720.490	4.084.061	2.592.057
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	187.679	(60.946)	267.494	(74.394)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de títulos e valores mobiliários da controladora	5.126	(3.116)	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(2.050)	1.246	-	-
Imposto de				

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

a isenção à aplicação da IFRS 9 (CPC 48) para permitir implementar a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 17 (CPC 50) ao mesmo tempo. O GRUPO MAPFRE optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48), uma vez que possuem operações substancialmente representadas por contratos de seguros, de acordo com o requisito 20 (d) da Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. Com isso, aplicou a IFRS 9 (CPC 48) pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2023, como o efeito retrospectivo a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotou a referida norma considerando os novos princípios referentes aos quatro tópicos principais abaixo: **i. Classificação e mensuração de ativos e passivos:** A IFRS 9 (CPC 48) afeta a classificação e a mensuração de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023, da seguinte forma: • A maioria dos itens subjacentes de contratos de participação e alguns outros investimentos financeiros são designados ao VJR - Valor Justo por meio do Resultado de acordo com a IAS 39. Eles também são mensurados pelo VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48). • Os ativos derivativos, que geralmente eram classificados como mantidos para negociação e mensurados ao VJR de acordo com a IAS 39, também continuam sendo mensurados ao VJR de acordo com a IFRS 9 (CPC 48). • Os investimentos de dívida classificados como disponível para venda de acordo com a IAS 39 podem, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), ser mensurados ao custo amortizado, VJORA - Valor Justo dependendo das circunstâncias específicas. • No entanto, alguns desses investimentos de capital são mantidos para fins estratégicos de longo prazo e são designados como VJORA em 1º de janeiro de 2023; consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo são reportados em ORA - Outros Resultados Abrangentes. • Investimentos mantidos até o vencimento e empréstimo e recebíveis mensurados ao custo amortizado de acordo com a IAS 39, são mensurados pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), e necessariamente passem no teste de pagamento somente do principal e dos juros (SPPI), e cujo objetivo final seja a coleta dos fluxos de caixa contratuais até o vencimento do título. A classificação dos ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), é baseada no modelo de negócio no qual um ativo financeiro e administrado juntamente com as características de fluxo de caixa contratuais. A IFRS 9 (CPC 48) inclui 3 (três) principais categorias de mensuração para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. No modelo de negócio do GRUPO MAPFRE, temos fundos de investimentos mensurados ao VJR e custo amortizado. Em relação à carteira própria de títulos públicos e privados os valores são mensurados pelo VJORA. Como a maioria dos ativos financeiros é mensurado pelo valor justo antes e depois da transição para IFRS 9 (CPC 48), o GRUPO MAPFRE apresenta o impacto na nota 2 (f) iv. ii. **ECL (Expected Credit Loss):** A IFRS 9 (CPC 48) substituiu o modelo de perda incorrida na IAS 39 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. A IFRS 9 (CPC 48) exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual a ECL para 12 (doze) meses ou ECL para vida inteira do instrumento financeiro. Perda de crédito esperada resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência (ou seja) da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 (doze) meses são uma parte das ECLs para vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 (doze) meses após a data da apresentação. **iii. Hedge accounting (contabilização de hedge):** O GRUPO MAPFRE mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. De acordo com a Política de Investimentos e normativas vigentes, o GRUPO MAPFRE realiza operações em mercados derivativos, com a finalidade de efetuar *Hedge* em sua carteira. Ao longo do segundo semestre de 2022, contratou Instrumentos Financeiros de Derivativos do tipo DI Futuro da B3, na Carteira Própria, com o objetivo de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros futuras, sendo os ajustes com liquidações financeiras diárias. O ganho ou perda resultante com as operações de derivativos são reconhecidos pelo "VJR" de cada período. O GRUPO MAPFRE adotou a contabilidade de *Hedge Accounting*, e com isso, as oscilações de marcação a mercado são reconhecidas no resultado (VJR), e não mais no Patrimônio Líquido (VJORA). O GRUPO adotou o novo modelo geral de contabilização de *hedge* na IFRS 9 e CPC 48. **iv. Efeitos da adoção inicial:** As tabelas a seguir demonstram exclusivamente as categorias originais de mensuração no IAS 39 (CPC 38) as quais tiveram reclassificação para novas categorias de mensuração nos termos da IFRS 9 (CPC 48) para cada classe de ativos financeiros do GRUPO MAPFRE em 1º de janeiro de 2023.

Ativos financeiros	Classificação original	Nova classificação - IFRS 9 (CPC 48)
Fundos de investimento	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	VJR
Debêntures	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	VJR
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Letras financeiras do tesouro - LFT	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Letras do tesouro nacional - LTN	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-B	Ativos mantidos até o vencimento	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-C	Ativos financeiros disponíveis para venda	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento	VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-F	Ativos mantidos até o vencimento	VJORA
Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado	

A seguir apresentamos o impacto de adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48), e IFRS 17 (CPC 50) no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (representado)	Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (representado)
Ativo				
Circulante	190.584	190.584	23.028.680	(8.402.550)
Caixa e equivalente de caixa	25	25	73.453	73.453
Ativos financeiros	63.103	63.103	9.733.422	(23.631)
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	63.103	63.103	8.665.978	8.665.978
Mensuradas a custo amortizado	-	-	38.492	270.665
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	5.281.969	(5.281.969)
Outros recebíveis	51.402	51.402	1.711	297.260
Ativos de contratos de resseguro	-	-	5.008.165	(801.300)
Ativos fiscais corrente	76.054	76.054	338.761	338.761
Outros valores e bens	-	-	127.335	(127.335)
Custos de aquisição diferidos	4.549.959	(28.338)	4.521.621	19.779.836
Ativo não circulante	34.958	919	35.877	5.568.936
Ativos financeiros	-	-	-	72.111
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	35.877	35.877	4.830.350
Mensuradas a custo amortizado	34.958	(34.958)	-	738.586
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	2.243.688	(2.243.688)
Outros recebíveis	-	-	1.711	1.711
Ativos de contratos de resseguro	-	-	1.274.938	13.056
Ativos fiscais diferidos	3.119	(312)	2.807	1.628.112
Custos de aquisição diferidos	-	-	1.909.477	(1.909.477)
Depósitos judiciais	-	-	1.633.259	-
Participações societárias	4.505.257	(28.945)	4.476.312	8.535
Demais investimentos	-	-	3.369	3.369
Imobilizado	874	-	874	59.147
Intangível	5.751	-	5.751	3.113.664
Total do ativo	4.740.543	(28.338)	4.712.205	41.008.516
Passivo				
Circulante	147.413	-	147.413	20.191.777
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	18.821.874
Passivos de arrendamento	-	-	-	1.711
Outros passivos	147.413	-	147.413	79.993
Passivo não circulante	168.072	-	168.072	13.968.203
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	11.047.050
Passivos fiscal diferido	167.364	-	167.364	667.277
Provisões judiciais	708	-	708	1.515.132
Passivos de arrendamento	-	-	-	414.513
Outros passivos	-	-	-	230.231
Patrimônio líquido	4.425.058	(28.338)	4.396.720	6.848.536
Capital social	3.038.709	-	3.038.709	3.038.709
Reservas	1.620.634	(61.545)	1.559.089	1.620.634
Ajustes de avaliação patrimonial	(234.285)	33.207	(201.078)	33.207
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	27.927
Total do passivo e patrimônio líquido	4.740.543	(28.338)	4.712.205	41.008.516

	Controladora		Consolidado	
	Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (representado)	Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (representado)
Ativo				
Circulante	464.420	(2)	464.418	25.934.069
Caixa e equivalente de caixa	342	-	342	51.824
Ativos financeiros	401.210	(2)	401.210	11.487.199
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	385.810	-	385.810	11.125.783
Mensuradas a custo amortizado	15.400	(15.400)	-	312.474
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	6.098.050	(6.098.050)
Outros recebíveis	25.868	-	25.868	340.077
Ativos de contratos de resseguro	-	-	4.941.203	(1.095.845)
Ativo fiscal corrente	37.000	-	37.000	212.307
Outros valores e bens	-	-	153.069	(153.069)
Custos de aquisição diferidos	4.612.158	(31.571)	4.580.587	18.759.361
Ativo não circulante	39.789	(2.197)	37.592	5.246.744
Ativos financeiros	-	-	-	7.070
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Mensuradas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	37.592	37.592	470.026
Mensuradas a custo amortizado	39.789	(39.789)	-	476.718
Créditos das operações com seguros e resseguros, previdência complementar e capitalização	-	-	2.417.430	(2.417.430)
Outros recebíveis	-	-	790	790
Ativos de contratos de resseguro	-	-	1.576.031	25.780
Ativos fiscais diferidos	7.779	747	8.526	1.750.470
Custos de aquisição diferidos	-	-	2.192.491	(2.192.491)
Depósitos judiciais	-	-	1.694.549	-
Participações societárias	4.557.880	(30.121)	4.527.759	8.514
Demais investimentos	-	-	271	271
Imobilizado	959	-	959	669.086
Intangível	5.751	-	5.751	3.202.905
Total do ativo	5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430
Passivo				
Circulante	192.964	-	192.964	22.388.836
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	20.459.932
Passivos de arrendamento	-	-	-	118.046
Outros passivos	192.964	-	192.964	1.810.858
Passivo não circulante	162.759	-	162.759	15.276.765
Passivos de contratos de seguro	-	-	-	12.193.891
Passivos fiscal corrente	-	-	-	611.984
Passivos fiscal diferido	153.536	-	153.536	1.535.544
Provisões judiciais	6	-	6	341.079
Outros passivos	9.217	-	9.217	341.079
Passivos de arrendamento	-	-	-	444.267
Patrimônio líquido	4.720.855	(31.573)	4.689.282	7.177.829
Capital social	3.038.709	-	3.038.709	3.038.709
Reservas de lucros	1.985.743	(73.146)	1.912.597	1.985.743
Ajustes de avaliação patrimonial	(303.597)	41.573	(262.024)	41.573
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	115.949
Total do passivo e patrimônio líquido	5.076.578	(31.573)	5.045.005	44.693.430

	Controladora		Consolidado	
	Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (representado)	Divulgação anterior	Adoção IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48) (representado)
Demonstração do resultado				
Receita de seguros	-	-	25.871.428	(3.139.012)
Despesas com prestação de serviços seguros	-	-	(21.023.296)	1.725.343
Resultado líquido com contratos de resseguros	-	-	4.848.132	(1.413.669)
Resultado da prestação de serviços de seguros	-	-	4.308.044	(1.668.633)
Receita financeira dos contratos de seguros	-	-	-	506.715
Despesa financeira dos contratos de seguros	-	-	-	(1.106.850)
Resultado financeiro das operações de seguros	-	-	-	(600.135)
Outras receitas e despesas operacionais	(40.529)	-	(40.529)	67.280
Outras despesas administrativas	(11.787)	-	(11.787)	2.022.462
Outros resultados financeiros	21.902	(12)	21.902	1.142.663
Resultado de equivalência patrimonial,				
líquido de impostos	773.086	(11.593)	761.493	6.542
Lucro antes dos impostos	742.572	(11.605)	730.967	3.697.909
Imposto de renda e contribuição social	(10.481)	4	(10.477)	90.513
Lucro líquido do exercício	732.091	(11.601)	720.490	2.747.539

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pelo GRUPO para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido de acordo com o modelo de negócios do GRUPO. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o GRUPO mude o seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados na primeira data de balanço posterior a mudança no modelo de negócios. O GRUPO classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial nas seguintes categorias: *i. Custo amortizado:* Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ou seja: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (SPPI). *ii. VJORA:* Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. Adicionalmente, o reconhecimento inicial, o GRUPO pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *iii. Instrumentos financeiros derivativos:* O GRUPO mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação do modelo de negócio: O GRUPO avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido para cada carteira de ativos financeiros porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e os objetivos declarados para a carteira e para o funcionamento prático dessas políticas, incluindo se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, o casamento entre a duração dos ativos financeiros e a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do GRUPO; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a forma como aqueles riscos são gerenciados. • A frequência, o volume e a época das vendas nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e as suas expectativas sobre vendas futuras. No entanto, informações sobre atividades de vendas não são consideradas isoladamente, mas, com parte de uma avaliação geral de como o objetivo declarado do GRUPO para a gestão de ativos financeiros é alcançado, e como os fluxos de caixa são realizados. **Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* A IFRS 9 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a VJORA. Além da classificação e mensuração, a norma possui a abordagem geral e simplificada para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro. O GRUPO possui ativos de investimentos em

títulos de dívida mensurados pelo custo amortizado com a VJORA e, portanto, se enquadra na abordagem geral. Na abordagem geral as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações: • Estágio 1: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas no estágio 1. Cálculo das perdas de crédito esperadas para os próximos 12 (doze) meses; • Estágio 2: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e • Estágio 3: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação). O GRUPO adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - Expected credit losses) para os ativos financeiros do GRUPO, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro. A perda esperada (ECL) de qualquer transação é definida como: ECL = EAD * PD * LGD PD (Probability of Default) - Mensura a perda esperada de acordo com os riscos do ativo em determinado período. Existem, essencialmente, duas abordagens possíveis para a calibração da PD: LGD (Loss Given Default) - A LGD de uma transação pode ser quantificada como "1 menos a taxa de recuperação", ou seja, a LGD quantifica a parcela da porção de uma perda do GRUPO. A estimativa de tais perdas não é direta porque as taxas de recuperação dependem de muitos fatores, como a qualidade das garantias (ações, títulos, hipoteca etc.) e da senioridade da dívida em relação a outros credores. O GRUPO adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros do GRUPO. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisitos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** *i. Participações societárias - Investimentos em controladas:* Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais. Outros investimentos são avaliados pelo custo histórico de aquisição. *ii. Demais investimentos:* Compreende substancialmente imóveis urbanos não destinados ao uso próprio e obras de arte. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada, perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros esperados pelo período de recuperação, ou seja, a LGD quantifica a parcela da porção de uma perda do GRUPO. A estimativa de tais perdas não é direta porque os ativos imobilizados é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 9. **f) Direito de uso:** A IFRS 16 (CPC 6 (R2)) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 (doze) meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis e veículos) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. **g) Ativos intangíveis:** *i. Ágio:* O ágio contabilizado pelo GRUPO na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos na data da combinação de negócios. *ii. Canais de distribuição:* A aquisição de um canal de distribuição pode oferecer maior acessibilidade para um mercado não previamente aproveitado representado pelo canal bancário oferecido pelas agências do Banco do Brasil S.A. O valor atribuído a este ativo intangível na combinação de negócios representa o resultado de direitos e obrigações de seguros que não existiam contratualmente na data da combinação de negócios e que serão originados pelo potencial de novas vendas em função da acessibilidade do GRUPO a base de clientes do Banco do Brasil S.A. através do canal bancário. Este potencial de geração de vendas, em função da maior abrangência dos canais adquiridos, contribuirá para a geração de benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. Este potencial é representado pela estratégia de *Cross-Selling* utilizada pela MAPFRE já que é possível a venda de múltiplos produtos ou serviços a um mesmo cliente e ainda a venda desses produtos ou serviços para clientes do Banco do Brasil S.A. que eventualmente não adquiriram esses produtos. Vale destacar que os valores pagos referentes as contraprestações de aquisição do direito de uso do balcão deste negócio não se qualificam como custo de aquisição atribuíveis aos contratos de seguros, uma vez que serão diferidos de acordo com plano de negócios estabelecido no momento da combinação de negócios. A amortização é calculada segundo método exponencial considerando a vida útil estimada para esses intangíveis de 20 (vinte) anos, o qual será finalizado no exercício de 2031. *iii. Valores de carteira de clientes adquirida (Value of Business Acquired - Voba):* É um ativo intangível identificável no contexto de um processo de aquisição de uma carteira e/ou depois da combinação de negócios. Ele representa a remuneração da Companhia vendedora por ter uma carteira de negócios vigentes que trará lucros quando de pagos todos os benefícios e indenizações futuras associados às apólices em vigor na data da aquisição, despesas administr

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

da conversão em renda), para produtos que possuem provisão matemática (PGBL, VGBL e Previdência Tradicional); e (ii) capital segurado ponderado pela exposição ao risco, para os demais contratos. **v) Taxa de desconto:** O GRUPO MAPFRE aplica a metodologia Top-Down a todos os produtos. Na metodologia, a taxa de desconto é calculada pela soma da rentabilidade da carteira de referência (risco de inadimplência esperado + risco de inadimplência inesperado + ajuste de incompatibilidade) com a curva de desconto. **vi) Ajuste de risco pelo risco não financeiro:** O ajuste de risco não financeiro reflete a compensação que a MAPFRE requer para suportar a incerteza em relação com o valor e o momento de pagamento dos fluxos de caixa futuros, que surgem de riscos não financeiros derivados de cumprir as obrigações dos contratos de seguros. Em sua determinação são considerados os riscos de subscrição, assim como outros riscos não financeiros, como por exemplo de gastos. O ajuste de risco não financeiro é estimado mediante metodologias baseadas no nível de confiança, empregando métricas de valor em risco (*Value at Risk*) sobre a distribuição de probabilidade do valor atual dos fluxos de caixa futuros, em linha com os requerimentos de capital de Solvência II, e ajustado ao nível de confiança objetivo em função dos segmentos de negócio; (ii) Negócios Não Vida: entre o percentil 62,5% e 67,5% (ii) Negócios Vida: entre o percentil 82,5% e 87,5%. **vii) Passivos de capitalização:** Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros calculados no momento do recebimento dos recursos. Os títulos são emitidos com pagamento único e o valor do depósito para resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Esses valores compõem os passivos financeiros - capitalização. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente a parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato. Taxas e carregamento dos principais títulos:

Processo SUSEP	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2,00	4,28
15414.606403/2021-13	Prêmio Único	9,92	4,28

viii) Passivos de ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos do GRUPO, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma esperada saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **k) Benefícios aos empregados:** i. **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo são fornecidos de acordo com as convenções coletivas de cada categoria, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **ii. Obrigações por aposentadorias:** O GRUPO é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Planos de Benefícios Livres - PGBL administrados pelas empresas MAPFRE Previdência S.A. e Brasiliport Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela controladora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a controladora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego - Trinta para seguros, previdência e capitalização:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **l) Receitas e despesas financeiras:** O GRUPO MAPFRE desagraja valores reconhecidos na demonstração do resultado (DRE) e nos outros resultados abrangentes (ORA) em (i) resultado de um serviço de seguro, compreendendo as receitas de seguros e as despesas de serviços de seguro; e (ii) receitas ou despesas financeiras de seguros. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período, como também mitigar as variações das provisões técnicas mensurada em IFRS 17 com as variações dos ativos financeiros registrados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em conformidade com a IFRS 9. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerandos na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **n) Participações nos lucros:** O GRUPO registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O GRUPO de forma geral está exposto aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pelo GRUPO na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. O GRUPO conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, alinhado com a regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração das Companhias até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a solicitação quanto ao nível de risco, com base em avaliações de riscos, coleta de informações e análises de detalhamento de testes de controle, e de auditorias, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da empresa no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a integridade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que se refere aos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e a assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE, e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seu regimento a definição das atribuições e do nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos que o GRUPO está exposto, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil do GRUPO. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** O GRUPO define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e haja perda financeira sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde o GRUPO possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um GRUPO de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o GRUPO entende que o principal risco transferido para o GRUPO é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que o GRUPO incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. O GRUPO utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Análise de sensibilidade:** A tabela a seguir analisa como a CSM, o resultado e o patrimônio líquido teriam para determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de segurador:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que o GRUPO opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, o GRUPO está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O GRUPO adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo.

Conceito	2023						2022					
	CSM		Resultado		Patrimônio líquido		CSM		Resultado		Patrimônio líquido	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Redução de mortalidade (-5%)	125.404	125.404	29.748	29.748	31.276	31.276	99.323	99.323	19.268	19.268	20.463	20.463
Redução de cancelamento (-10%)	39.958	39.958	10.069	10.069	13.921	13.921	43.693	43.693	9.280	9.280	12.193	12.193
Redução de despesas (-1%)	51.576	51.576	12.454	12.454	13.223	13.223	44.710	44.710	9.142	9.142	9.819	9.819
Redução de sinistralidade (-5%)	-	-	-249.312	108.601	250.240	109.528	-	-272.970	96.235	273.311	96.996	96.996

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o GRUPO. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de segurador:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que o GRUPO opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, o GRUPO está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O GRUPO adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros y Resseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Títulos	Hierarquia do valor justo	Vencimento				Ativos				Controladora			
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	2023	2022		
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	70.918	266.608	-	(58)	337.468	337.403	337.467	64	337.468	57%	385.810	87%	
Fundos de investimentos	70.918	266.608	-	(58)	337.468	337.403	337.467	64	337.468	100%	385.810	100%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	266.608	-	-	266.608	266.643	266.607	64	266.608	79%	333.195	86%	
Operações compromissadas (*)	2	70.918	-	-	70.918	70.918	70.918	-	70.918	21%	52.776	14%	
Outros/caixas	2	-	-	-	(58)	(58)	(58)	-	(58)	0%	(161)	0%	
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	210.872	42.252	-	252.924	249.996	252.925	2.929	252.924	43%	52.990	13%
Fundo de investimento	-	-	210.872	42.252	-	252.924	249.996	252.925	2.929	252.924	100%	52.990	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	-	42.252	40.728	42.252	1.524	42.252	17%	37.592	72%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	210.872	-	-	210.872	209.269	210.674	1.405	210.672	83%	15.398	28%
Total	70.918	477.280	42.252	590.392	590.392	587.399	590.392	2.993	590.392	100%	438.800	100%	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Títulos	Hierarquia de valor justo	Vencimento				Ativos				Controladora			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	2023	2022		
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	6.578.050	6.225.515	220.233	324.346	13.348.144	13.333.435	13.348.462	15.027	13.348.144	69%	11.125.781	66%	
Debêntures	2	10.603	93.348	-	-	103.951	103.951	(221)	103.951	1%	129.616	1%	
Letras financeiras - LF	2	295.643	734.515	-	-	1.030.158	1.030.158	5.141	1.030.158	8%	847.439	8%	
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	2	10.466	25.606	-	-	36.072	35.897	175	36.072	0%	11.940	0%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	3.295.066	20.588	-	3.315.654	3.311.760	3.894	3.315.654	25%	2.435.205	22%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	450.099	347.760	-	-	797.859	791.799	6.060	797.859	6%	208.446	2%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	3	13	146	-	162	169	162	(7)	162	0%	44	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	110	320	-	-	430	445	430	(15)	430	0%	109.412	1%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	176.769	177.999	177.999	-	177.998	1%	109.412	1%	
Letras do tesouro nacional - LTN-F	2	5.466.124	113.421	-	-	5.579.545	5.579.545	-	5.579.545	42%	5.159.523	46%	
Outros/caixa/valores a pagar/receber	2	296	-	-	(1.677)	(1.381)	(1.063)	-	(1.381)	0%	(1.196)	0%	
Outros	1	-	171	-	-	1.559	1.559	-	1.559	0%	1.219	0%	
PGBL/VGBL	343.477	1.615.295	199.499	147.866	2.306.137	2.306.137	2.306.137	2.306.137	2.306.137	12%	2.223.314	13%	
Certificado de depósito bancário - CDB	2	74.030	70.560	-	-	144.590	144.590	-	144.590	6%	35.482	2%	
Debêntures	2	23.683	76.450	11.616	-	111.749	111.749	-	111.749	5%	121.018	5%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	865.342	4.807	-	870.149	870.149	-	870.149	38%	722.356	32%	
Letras financeiras - LF	2	101.959	113.845	2.135	-	217.939	217.939	-	217.939	9%	190.565	9%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	10.271	58.687	174.531	-	243.489	243.489	-	243.489	11%	407.244	18%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	5.729	-	5.729	5.729	-	5.729	0%	5.992	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	681	-	2.382	2.382	-	2.382	0%	5.526	0%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	1.701	-	-	2.382	2.382	-	2.382	0%	2.606	0%	
Operações compromissadas (*)	2	-	238.801	-	8	238.809	238.809	-	238.809	10%	358.790	16%	
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	2	133.534	189.099	-	-	323.443	323.443	-	323.443	14%	237.765	11%	
Quotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	-	40.645	40.645	-	40.645	2%	31.267	1%	
Ações	2	-	-	-	-	108.842	108.842	-	108.842	5%	106.166	5%	
Outros/caixa/valores a pagar/receber	2	-	-	-	(1.629)	(1.629)	(1.629)	-	(1.629)	0%	(1.463)	0%	
Mensuradas ao valor justo por meio													

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros o GRUPO usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizáveis nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e na CBLIC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Movimentação dos saldos de aplicações financeiras:

	2022	Incorporação	Aplicações	Resgates	Ajuste a	Valor justo	Rendimentos	2022
	(representado)	nota 1a)			valor			
Fundos de investimentos (*)	438.800	6.883	1.112.714	(1.030.300)	5.126	57.169	590.392	
Total	438.800	6.883	1.112.714	(1.030.300)	5.126	57.169	590.392	

	2021	Aplicações	Resgates	Ajuste a	Valor justo	Rendimentos	2022
				valor			
Fundos de investimentos (*)	98.980	775.473	(451.221)	(3.116)	18.684	438.800	
Total	98.980	775.473	(451.221)	(3.116)	18.684	438.800	

(*) Devido a participação da Controladora no fundo de investimento próprio que o GRUPO possui em sua carteira de ativos financeiros, para fins de divulgação da movimentação a controladora optou em não segregar por classificação de ativos.

	2022	Incorporação	Aplicações	Resgates	Redução ao	Ajuste a	Valor justo	Rendimentos	2022
	(representado)	nota 1a)			valor	valor			
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	11.125.783	6.883	18.015.908	(17.414.339)	-	-	1.613.909	13.348.144	
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.457.625	-	635.439	(976.252)	(6.938)	448.377	370.465	5.928.716	
Mensuradas a custo amortizado	157.076	-	-	(157.076)	-	-	-	-	
Total	16.740.484	6.883	18.651.347	(18.547.667)	(6.938)	448.377	1.984.374	19.276.860	

	2022	Incorporação	Aplicações	Resgates	Redução ao	Ajuste a	Valor justo	Rendimentos	2022
	(representado)	nota 1a)			valor	valor			
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	8.665.978	19.009.863	(17.530.981)	-	-	-	980.923	11.125.783	
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.793.998	768.983	(1.561.232)	(720)	(114.319)	570.915	5.457.625		
Mensuradas a custo amortizado	890.862	-	(805.184)	-	-	71.398	157.076		
Total	15.350.838	19.778.846	(19.897.397)	(720)	(114.319)	1.623.236	16.740.484		

e) Instrumentos financeiros derivativos: O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmio dos produtos do ramo de agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - A vencer acima de 360 dias	(2.433)	243.288	(210.621)	79
DI FUT - A vencer abaixo de 360 dias	(2.807)	280.700	(267.812)	92
Total	(5.240)	523.988	(478.433)	171

	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - A vencer acima de 360 dias	(1.754)	175.400	(228.147)	(102)
DI FUT - A vencer abaixo de 360 dias	(260)	26.000	(35.388)	-
Total	(2.014)	201.400	(263.485)	(102)

6. OUTROS RECEBÍVEIS

	2023	2022
Títulos e créditos a receber	5.066	3.001
Crédito de subvenção do Ministério da Agricultura	-	375.117
Dividendos a receber	-	20.289
Outros créditos a receber	69.071	16.896
Total	75.745	25.868

7. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
 As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias das empresas consolidadas no GRUPO.

	2022	Constituição	Reversão	2023	2022	Constituição	Reversão	2023
	(representado)	tução		(representado)	(representado)			(representado)
Ativo								
Tributos a compensar PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	35.728	17.155	(24.300)	5.676	34.259	97.714	72.357	(95.244)
Tributos retidos na fonte Antecipação de imposto de renda/contribuição social	1.038	9.014	(6.465)	1.673	5.260	12.804	16.290	(16.435)
Outros créditos	-	-	-	13	13	318	543	-
Total circulante	37.000	27.830	(30.766)	7.299	41.654	212.307	120.566	(130.604)

8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	BBMAPFRE Participações S.A.	MAPFRE Participações S.A.	Vera Cruz Consultoria e ADM de Fundos Ltda.	MAPFRE Investimentos Ltda.	MAC Protenseg Corretora de Seguros Ltda.	MS Participações Ltda.	MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	Total
Dados das investidas								
Capital social	1.469.848	2.555.043	95.005	7.100	61.000	-	-	-
Quantidade de ações possuídas								
PN	1.890.094.939	994.665.757	4.614.148	7.100.000	201.023.145	-	-	-
PN	1.889.339.198	809.270.245	-	-	-	-	-	-
Percentual de participação	25,01%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	-	-
Total de ativos	3.358.956	3.680.487	83.120	61.041	37.640	-	-	-
Total de passivos líquido de provisões judiciais	170	70.621	2.437	5.401	163	-	-	-
Total de provisões judiciais	-	-	46	660	-	-	-	-
Patrimônio líquido	3.358.786	3.609.778	80.637	55.639	36.817	-	-	-
Total de receitas	3.887.621	289.983	11.360	24.980	12.396	-	-	-
Resultado líquido do exercício	3.887.689	286.504	6.025	5.664	10.523	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021, publicado anteriormente	1.324.691	3.018.079	69.828	58	-	555	15.833	76.213 4.505.257
Ajuste na aplicação inicial da IFRS 17 (CPC 50), líquido de impostos	92.692	(122.329)	96	359	37	-	69	131 (28.945)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022 (representado)	1.417.383	2.895.750	69.924	417	592	-	15.902	76.344 4.476.312
Aumento/redução de capital	-	75.000	-	-	-	-	-	75.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	(662.636)	(670)	-	-	-	-	-	(663.306)
Outros resultados abrangentes - VJORA	1.519	(91.727)	-	-	-	-	-	(90.208)
Efeito da IFRS 17 (CPC 50) e IFRS 9 (CPC 48), líquidos de impostos	(6.040)	38.327	(96)	(359)	(37)	(69)	(131)	31.595
Amortização de ajuste a valor justo - combinação de negócio	(40.945)	-	-	-	-	-	-	(40.945)
Resultado de equivalência patrimonial	651.141	83.869	4.751	-	86	(2.613)	24.226	761.460
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (representado)	1.360.422	3.000.549	74.579	58	641	13.220	78.290	4.527.759
Incorporação - participação societária	-	-	55.990	35.456	-	-	-	91.446
Encerramento de empresas incorporadas	-	-	-	-	-	(13.104)	(93.767)	(106.871)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(845.088)	(69.071)	-	-	-	-	-	(914.159)
Outros resultados abrangentes - VJORA	19.304	160.075	-	-	-	-	-	179.379
Outros resultados abrangentes	7.396	(4.122)	-	-	-	-	-	3.274
Amortização de ajuste a valor justo - combinação de negócio	(41.535)	-	-	-	-	-	-	(41.535)
Resultado de equivalência patrimonial	1.472.810	3.373.363	6.058	(408)	1.362	(641)	(116)	15.477 1.279.975
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (*)	1.472.810	3.373.363	90.637	55.640	36.818	-	-	5.019.288

(*) A Controladora possui investimentos na Seguradora Líder e em Administradora de consórcios consolidados por método de equivalência patrimonial (MEP) que totalizam R\$ 12.213.

9. IMOBILIZADO

	2023	2022
Equipamentos	10%	20%
Móveis, máquinas e utensílios	20%	20%
Veículos	20%	20%
Total	4.271	(2.833)

10. INTANGÍVEL

	2023	2022
Imóveis de uso próprio	4%	10%
Equipamentos	10%	20%
Móveis, máquinas e utensílios	20%	20%
Veículos	20%	20%
Direito de uso	5%	20%
Outras imobilizações	10%	20%
Total	1.050.536	(381.370)

	2022	Constituição	Reversão	2023	2022	Constituição	Reversão	2023
	(representado)	tução		(representado)	(representado)			(representado)
Diferenças temporais:								
Provisões tributárias	3.134	-	(3.134)	-	-	-	-	356.201 32.251 (17.112) - 371.340
Contingências tributárias (at. Mon. Dep. fiscais)	-	-	-	-	-	-	-	(126.846) - (20.028) - (146.874)
Contingências civis	-	268	(43)	-	225	-	-	24.412 (7.463) 16.653 - 33.602
Provisão para riscos de crédito	-	589	(6)	-	583	-	-	122.272 201.142 (181.861) - 141.553
Provisão para participação nos lucros	1.757	9.808	(9.186)	-	2.379	-	-	32.845 209.435 (199.794) - 42.486
Contingências trabalhistas	2	-	(2)	-	-	-	-	23.626 11.907 (11.704) - 23.829
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	-	-	-	-	-	-	-	87.965 6.766 (4.841) - 89.890
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-	-	-	-	913.682 2 (27.417) - 886.267
Ajustes de títulos a valor de mercado	747	-	(747)	-	-	-	-	234.762 5.058 (163.993) - 75.827
Outras provisões	2.886	-	(2.886)	-	-	-	-	36.309 33.549 (15.134) - 54.724
Tributo diferido - Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	28.383 2.878 (5.469) - 25.792
Tributo diferido - Contratos de seguros	-	-	-	-	-	-	-	16.859 18.637 (16.079) - 19.417
Total não circulante	8.526	10.665	(16.004)	-	3.187	-	-	(137.574) 64.108 - (73.466)
Total ativo	45.526	38.495	(46.770)	-	44.841	1.825.203	698.836	(777.383)

	2022	Constituição	Reversão	2023	2022	Constituição	Reversão	2023
	(representado)	tução		(representado)	(representado)			(representado)
Passivo								
Tributo diferido - Contratos de seguros	-	-	-	-	-	7.500	-	(6.832) - 668
Ajustes de títulos a valor de mercado	-	996	-	-	996	-	-	996
IR/CS sobre combinação de negócios (*)	153.536	-	(7.906)	-	145.630	611.984	-	(51.546) - 560.438
Outros créditos	153.536	996	(7.906)	-	146.626	619.484	996	(58.378) - 562.102
Total passivo	153.536	996	(7.906)	-	146.626	619.484	996	(58.378)

	01.01.2022	Constituição	Reversão	2022	01.01.2022	Constituição	Reversão	2022
	(representado)	tução		(representado)	(representado)			(representado)
Ativo								
Tributos a compensar PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	71.050	16.373	(51.695)	35.728	208.258	56.329	(166.873)	97.714
Tributos retidos na fonte Antecipação de imposto de renda/contribuição social	4.166	2.783	(5.911)	1.038	20.919	9.052	(17.167)	12.804
Outros créditos	-	-	-	-	350	-	(32)	318
Total circulante	76.054	19.303	(58.357)	37.000	338.761	102.611	(229.065)	212.307
Diferenças temporais:								
Provisões tributárias	-	-	3.134	-	3.134	347.607	21.447	(12.853) 356.201
Contingências tributárias (at. Mon.								

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

2) Movimentação dos ativos e passivos de contratos de seguros e resseguros: a) MODELO BBA

i. Análise por cobertura remanescente e sinistros incorridos

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
2023								
Passivo de abertura	2.782.415	4.473	549.772	3.316.660	(7.772)	617	7.956	801
Receitas de seguro	(3.054.313)	—	—	(3.054.313)	(45.087)	86	45.001	—
Despesas com prestação de serviço de seguros	996.570	(4.857)	1.033.214	2.024.927	37.492	531	(37.045)	978
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	—	—	1.047.510	1.047.510	(177)	—	—	(177)
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	996.570	—	—	996.570	7.146	(1.103)	(12.647)	(6.604)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	—	(4.857)	—	(4.857)	—	—	(12.647)	(12.647)
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	—	—	(14.296)	(14.296)	7.146	(1.103)	—	(1.103)
Resultado da prestação de serviços de seguro	(2.057.743)	(4.857)	1.033.214	(1.029.386)	497	(14)	—	483
Resultado financeiro líquido de seguros	296.923	473	97.942	394.888	497	(14)	—	483
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	307.437	393	69.257	377.087	(128)	(501)	(4.691)	(5.320)
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(10.514)	80	28.235	17.801	251.007	13	—	251.020
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.760.820)	(4.382)	1.130.706	(634.498)	251.007	13	—	251.020
Componentes de investimento e restituições de prêmio	71.556	—	71.556	—	250.879	(488)	(4.691)	245.700
Outros	—	11	—	11	265.682	—	—	265.682
Prêmios recebidos	3.151.028	—	—	3.151.028	(519.473)	—	—	(519.473)
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	—	—	(1.164.146)	(1.164.146)	14.876	—	—	(14.876)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.039.951)	—	—	(1.039.951)	(268.667)	—	—	(268.667)
Total de fluxos de caixa	2.111.077	—	(1.164.146)	946.931	2.198.744	4.958	63.491	2.267.193
Passivos de fechamento	3.041.115	100	587.888	3.629.103	—	—	—	—

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda						
2022								
Passivo de abertura	1.881.798	—	572.662	2.454.460	—	—	—	—
Receitas de seguro	(2.457.312)	—	—	(2.457.312)	—	—	—	—
Despesas com prestação de serviço de seguros	856.951	4.472	958.287	1.819.710	—	—	—	—
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	—	—	771.741	771.741	—	—	—	—
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	856.951	—	—	856.951	—	—	—	—
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	—	4.472	—	4.472	—	—	—	—
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	—	—	186.546	186.546	—	—	—	—
Resultado da prestação de serviços de seguro	(1.600.361)	4.472	958.287	(637.602)	—	—	—	—
Resultado financeiro líquido de seguros	250.015	—	48.781	298.795	—	—	—	—
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	252.185	—	70.239	322.424	—	—	—	—
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(2.170)	—	(21.458)	(23.629)	—	—	—	—
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.350.348)	4.472	1.007.606	(338.808)	—	—	—	—
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(53.694)	—	53.694	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Prêmios recebidos	3.671.679	—	—	3.671.679	—	—	—	—
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	—	—	(1.083.650)	(1.083.650)	—	—	—	—
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.387.022)	—	—	(1.387.022)	—	—	—	—
Total de fluxos de caixa	2.284.657	—	(1.083.650)	1.201.007	—	—	—	—
Passivos de fechamento	2.762.416	4.472	549.772	3.316.660	—	—	—	—

	Estimativas do valor dos fluxos de caixa futuro		Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda			
2023					
Passivo de abertura	710.013	116.467	2.490.180	3.316.660	—
Varição relacionada a serviços futuros	(1.349.009)	(9.779)	1.353.942	(4.846)	—
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(826.730)	52.653	774.088	11	—
Varição das estimativas que ajustam a CSM	(522.279)	(62.432)	579.854	(4.857)	—
Varição relacionada aos serviços atuais	165.728	(34.490)	(1.141.482)	(1.010.244)	—
CSM reconhecida para serviços prestados	—	—	(1.141.482)	(1.141.482)	—
Varição no ajuste de risco para risco não financeiro para riscos vencido	—	(34.490)	—	(34.490)	—
Ajustes pela experiência	165.728	—	—	165.728	—
Varição relacionada a serviços passados	(17.642)	3.346	(14.296)	(14.296)	—
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	—	—	3.346	3.346	—
Resultado da prestação de serviços de seguro	(1.200.922)	(40.923)	212.460	(1.029.387)	—
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	73.668	23.392	297.828	394.888	—
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	65.932	—	297.828	377.087	—
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	7.836	9.965	—	17.801	—
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.127.255)	(17.531)	510.288	(634.498)	—
Outros	11	—	—	11	—
Prêmios recebidos	3.151.028	—	—	3.151.028	—
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	(1.164.146)	—	—	(1.164.146)	—
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.039.951)	—	—	(1.039.951)	—
Fluxos de caixa	946.931	—	(946.931)	—	—
Passivos de fechamento	529.700	98.935	3.000.468	3.629.103	—

	Estimativas do valor dos fluxos de caixa futuro		Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda			
2022					
Passivo de abertura	756.412	106.416	1.591.632	2.454.460	4.472
Varição relacionada a serviços futuros	(1.483.404)	37.325	1.450.551	—	—
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	(1.130.182)	55.750	1.074.432	—	—
Varição das estimativas que ajustam a CSM	(353.222)	(18.425)	376.119	4.472	—
Varição relacionada aos serviços atuais	11.737	(32.590)	(807.768)	(828.621)	—
CSM reconhecida para serviços prestados	—	—	(807.768)	(807.768)	—
Varição no ajuste de risco para risco não financeiro para riscos vencido	—	(32.590)	—	(32.590)	—
Ajustes pela experiência	11.737	—	—	11.737	—
Varição relacionada a serviços passados	187.856	(1.310)	186.546	186.546	—
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	187.856	(1.310)	186.546	186.546	—
Resultado da prestação de serviços de seguro	(1.283.812)	3.426	642.783	(637.603)	—
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	36.406	6.625	255.765	298.796	—
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	54.598	12.062	255.765	322.425	—
ORA - Ajustes de ativos e passivos de contratos de seguro	(18.192)	(5.437)	—	(23.629)	—
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(1.247.405)	10.051	898.548	(338.808)	—
Prêmios recebidos	3.671.679	—	—	3.671.679	—
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	(1.083.650)	—	—	(1.083.650)	—
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.387.022)	—	—	(1.387.022)	—
Fluxos de caixa	1.201.007	—	1.201.007	—	—
Passivos de fechamento	710.012	116.467	2.490.180	3.316.659	—

	Contratos de seguro emitidos		Margem contratual de seguro	Total
	Contratos rentáveis	Contratos onerosos		
2023				
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	(1.506.435)	(878)	—	(1.507.313)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(2.071.935)	(316)	—	(2.072.251)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	(3.578.370)	(1.194)	—	(3.579.564)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	4.405.504	1.186	—	4.406.690
Ajuste de risco para o risco não financeiro	(51.955)	—	—	(51.955)
CSM	774.088	—	—	774.088

	Contratos de seguro emitidos		Margem contratual de seguro	Total
	Contratos rentáveis	Contratos onerosos		
2022				
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	(1.399.031)	—	—	(1.399.031)
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(1.321.568)	—	—	(1.321.568)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	(2.720.599)	—	—	(2.720.599)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	3.850.769	—	—	3.850.769
Ajuste de risco para o risco não financeiro	(55.738)	—	—	(55.738)
CSM	1.074.432	—	—	1.074.432

	Contratos pelo método de valor justo		Margem contratual de seguro	Total
	2023	2022		
Saldo inicial de CSM	1.454.185	1.591.632	—	3.045.817
Mudanças nas estimativas que resultam em ajuste de margem sobre serviços contratuais	491.591	237.946	—	729.537
Liberação de CSM	(625.379)	(547.927)	—	(1.173.306)
Mudanças relacionadas a despesas ou receitas financeiras de seguros	155.805	172.534	—	328.339
Saldo final de CSM	1.475.202	1.454.185	—	2.929.387

	Estimativas do valor dos fluxos de caixa futuro		Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda			
2023					
Passivo de abertura	2.263.880	801	2.512	2.267.193	—
Receitas de seguro	(31.529)	—	—	(31.529)	—
Despesas com prestação de serviço de seguros	1.422	3.762	21.661	26.845	—
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	—	—	21.213	21.213	—
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	1.422	—	—	1.422	—
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	—	3.762	—	3.762	—
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	—	—	448	448	—
Resultado da prestação de serviços de seguro	(30.107)	3.762	21.661	(4.684)	—
Resultado financeiro líquido de seguros	344.042	—	344.042	—	—
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	344.042	—	—	344.042	—
Total das variações na demonstração do resultado	313.935	3.762	21.661	339.358	—
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(548.716)	—	548.716	—	—
Outros	—	101	—	101	—
Prêmios recebidos	332.556	—	—	332.556	—
Sinistros e outras despesas com prestação de serviços de seguros pagas	(569.713)	—	—	(569.713)	—
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	(13.157)	—	—	(13.157)	—
Total de fluxos de caixa	319.399	—	(569.713)	(250.314)	—
Passivos de fechamento	2.348.498	4.664	3.175	2.356.337	—

	Passivo por cobertura remanescente		Passivo por sinistro ocorrido	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
2022				
Passivo de abertura	2.290.358	—	(199)	2.290.159
Receitas de seguro	(28.325)	—	—	(28.325)
Despesas com prestação de serviço de seguros	180	801	22.024	23.005
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	—	—	21.542	21.542
Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros	180	—	—	180
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	—	801	—	801
Ajustes ao passivo por sinistros incorridos	—	—	482	482
Resultado da prestação de serviços de seguro	(28.145)	801	22.024	(5.320)
Resultado financeiro líquido de seguros	250.976	—	44	251.020
Despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	250.976	—	44	251.020
Total das variações na demonstração do resultado	222.831	801	22.066	245.700
Componentes de investimento e restituições de prêmio	(500.116)	—	500.116	—
Prêmios recebidos	265.682	—	—	265.682

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

13. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	23.052	16.894	461.210	460.691
Impostos e contribuições	4.441	2.198	1.010.070	710.613
Dividendos a pagar	312.062	173.872	312.062	173.872
Encargos trabalhistas	-	-	47.860	32.065
Passivos de capitalização	-	9.217	159.958	168.977
Outras contas a pagar	3.034	-	182.185	65.100
Total	342.589	202.181	2.173.345	1.611.318

14. PASSIVOS FINANCEIROS

a) Passivo de arrendamento:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	562.313	494.506	-	-
Constituição de novos contratos	-	6.197	-	-
Pagamentos	(90.026)	(88.689)	-	-
Apropriação dos juros	54.703	54.925	-	-
Remensuração	36.674	96.956	-	-
Baixa	(5.344)	(1.582)	-	-
Saldo final	558.320	562.313	-	-

A taxa média ponderada utilizada para cálculo de desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (10,27% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

a) Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos:

	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2023	122.343	105.698	179.693	150.586	558.320

15. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição:

Natureza	2023		2022	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Fiscais	1.481.606	1.661.795	1.400.370	1.576.717
PIS/COFINS	1.404.672	1.564.382	1.346.404	1.494.112
PIS/COFINS (multa de mora)	11.046	35.168	-	21.565
CSLL	18.090	22.321	11.141	9.226
Outros	47.798	39.924	42.825	51.814
Trabalhista	61.025	10.628	62.383	13.505
Cíveis	85.053	19.565	59.582	8.756
Outros	13.209	711	13.209	205
Total	1.640.893	1.692.699	1.535.544	1.599.183

(*) Os depósitos judiciais não contemplam os depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R\$ 74.597 (R\$ 95.366 em 31 de dezembro de 2022).

b) Composição das ações judiciais por natureza fiscais, trabalhista e cível e por probabilidade de perda:

Probabilidade de perda	2023		2022	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Fiscais	38	3.335.148	41	3.363.900
Provável	7	1.426.198	7	1.348.100
Possível	31	1.908.950	34	2.015.800
Cíveis	10.968	623.089	13.324	427.278
Provável	2.839	85.188	3.854	62.383
Possível	6.617	429.256	7.131	291.048
Remota	1.512	108.645	2.339	73.847
Trabalhistas	883	178.260	791	192.620
Provável	338	61.024	306	59.582
Possível	147	21.306	91	21.377
Remota	398	95.930	394	111.661
Outros	1	13.209	1	13.209
Total	11.890	4.149.706	14.157	3.997.007

Processos trabalhistas: O GRUPO responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre o GRUPO e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interpоста), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Processos cíveis: Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados a coberturas securitárias pleiteadas em casos em que se constate ausência de aplicação, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da aplicação. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros. Processos fiscais: As empresas do GRUPO possuem discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. PIS/COFINS - Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processos com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens 1, 2, 3, 6, 7 e 8. Fases processuais e status abaixo: • 1ª e 2ª Instâncias - pedido principal: A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Julgada improcedente a ação judicial em primeira e segunda instâncias. • Tribunais Superiores - pedido principal: Interpostos Recursos Especial julgado improcedente em 05 de dezembro de 2023, aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração opostos em Recurso Especial, sendo mantida pelo escritório patrono da causa a classificação do risco como possível. E, permanece pendente de julgamento o Recurso Extraordinário. • 1ª e 2ª Instâncias - pedido de efeito suspensivo: Em pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março/2021, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou o ofício de suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos em referido processo. • Tribunais Superiores - pedido de efeito suspensivo: Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão de referida admissibilidade, foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. Probabilidade: A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens 4, 5, 9 e 10. As principais ações fiscais em 31 de dezembro de 2023 são:

Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
COFINS Prêmio de Seguros 9.718/1998	02/99 a 12/14	Possível	-	-	4.916	4.463	14.908	13.982
	02/99 a 12/14	Provável	15.523	14.842	16.406	15.701	15.523	14.842
	05/99 a 05/09	Provável	686.992	655.842	691.731	680.593	686.692	655.842
COFINS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	-	-	24.453	23.331	134.052	128.060
PIS Receita financeira 9.718/98	05/99 a 05/09	Possível	-	-	-	-	7.224	6.852
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	26.824	25.159
	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	Provável	189.636	178.361	197.795	186.021	189.636	178.361
PIS Receita Financeira 9.718/98	08/05 a 12/13	Possível	-	-	-	-	4.359	4.088
COFINS Receita Financeira (IX) 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	-	-	-	-	83.086	78.903
	05/99 a 12/14	Provável	512.821	486.567	598.457	568.001	512.821	486.567
PIS Receita Financeira 9.718/98	05/99 a 12/14	Possível	-	-	-	-	13.501	12.822
	06/09 a 12/14	Possível	-	-	799	725	722	2.267
COFINS Receita financeira 9.718/98	06/09 a 12/14	Possível	-	-	-	-	100.816	94.507
PIS Receita financeira 9.718/98	12/13 a 12/14	Possível	-	-	-	-	16.383	15.357
	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	-	22.474	19.033	643.161	511.389
COFINS receita financeira 12.973/14	01/14 a 12/21 e 01/18 a 10/19	Possível	-	-	3.652	3.093	104.514	83.100
PIS receita financeira 12.973/14	01/18 a 10/19	Possível	-	-	-	-	1.235	907
PIS/COFINS s/carregamento de título de capitalização		Possível	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS Receitas de prêmios e previdência		Possível	-	-	1.047	903	1.939	1.889
Total			1.404.672	1.335.612	1.504.389	1.430.316	1.404.672	1.335.612
Total			1.404.672	1.335.612	1.561.730	1.481.864	2.557.396	2.314.894

Demais processos tributários

Nota	Tese	Período	Risco de Perda	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2023	2022	2023	2022	2023	2022
1	PIS EC 17/1997	07/1997 a 02/1998	Possível	8.649	10.310	8.649	8.238	8.649	10.310
2	PIS EC 10/1996	03/1998 a 01/1999	Provável	11.046	10.791	13.627	13.151	11.046	10.791
3	IRPJ/CSLL PC/BTNF	01/1996 a 07/1996	Possível	-	-	22.624	20.147	22.624	20.147
4	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	Possível	-	-	23.132	21.565	23.132	21.565
5	IRPJ/CSLL Glosa de despesas	2010 a 2011	Possível	377	460	377	403	377	403
6	PIS/COFINS jrs. parc. DPVAT e Assist 24 h	01/2015 a 12/2016	Possível	-	-	2.106	1.777	57.708	38.900
7	PIS/COFINS PLR de parcelamento	01/2015 a 12/2016	Possível	-	-	3.200	3.436	3.200	3.436
8	INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	9.441	-	12.625	11.646	9.441	8.937
9	INSS Diferencial de alíquota RAT	01/2000 a 12/2006	Possível	43.754	41.582	7.994	6.733	59.062	49.066
10	INSS Refis	01/2013 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	-	-
		01/1996 a 12/1998	Provável	-	-	-	-	-	-
		06/2008 em diante	Provável	-	-	832	-	832	-
11	IRPJ Compensação	2003	Possível	3.005	-	3.005	2.808	3.005	2.808
12	IRPJ/CSLL - Não adição de despesas indedutíveis	2014 a 2016	Possível	-	-	-	-	506.071	483.488
13	IRPJ sobre seguro rural	01/2014 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	346.616	319.148
14	PIS/COFINS sobre juros	2016	Possível	-	-	-	-	69	65
15	IRPJ e CSLL sobre JCP ISS - Comissões e monitoramento de veículos	12/2009 a 12/2010	Possível	-	-	-	-	70.457	66.165
16	ISS - Comissões e monitoramento de veículos	01/98 a 08/98	Provável	1.039	865	607	486	1.039	865
17	IRRF a restituir 79/80 - REFIS	01/98 a 10/15	Possível	-	-	2.233	4.062	6.286	6.286
18	IRRF a restituir 79/80 - REFIS	1979 a 1980	Possível	-	-	141	-	141	-
19	Multa isolada cumulativa sobre CSLL	2007 a 2008	Possível	-	-	5.233	4.563	4.846	4.563
20	Multa ofício por compensação não homologada	2014, 2017, 2019 e 2020	Possível	-	-	-	-	1.229	1.115
21	Multa EFD contribuições	02/2018 a 01/2019	Possível	-	-	-	-	13.285	-
Total				12.085	12.488	14.234	14.625	12.085	12.488
Total				64.849	52.269	85.828	80.228	1.134.409	1.036.517
Total				76.934	64.757	100.062	94.853	1.146.494	1.049.005

• PIS/COFINS: Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998 - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, quanto ao alargamento da base de cálculo e majoração da alíquota. Encontram-se os processos aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário, sobrestados em razão da existência de Repercussão Geral sobre a matéria - RE 609.096. A probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014 - Nos ramos seguros gerais, auto e vida, a partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, em exame de admissibilidade. Conta com decisão que suspende a exigibilidade do crédito tributário. A probabilidade de perda é classificada como possível. • Demais processos tributários: (1) PIS EC nº 17/1997, de 25 de novembro de 1997, e PIS EC nº 10/1996, de 04 de março de 1996 - a) Para os ramos de auto, discute a exigibilidade do PIS dentro nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do art. 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. b) Para seguros gerais não vida, discute a exigibilidade do PIS dentro nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. c) Para o ramo vida, discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo encontra-se julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração para realização da execução da par cela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. (2) IRPJ/CSLL IPC BTNF - No ramo seguros gerais não vida, discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991, de 28 de junho de 1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável. (3) PIS/COFINS MULTA - No ramo seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS, aguarda julgamento de Apelação da União. (4) IRPJ/CSLL - Glosa de despesas - No ramo seguros gerais não vida, discutiu glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, que aguarda julgamento de primeira instância. (5) PIS/COFINS Juros parc. DPVAT - Nos ramos de auto, seguros gerais não vida, e vida, discute exigência de PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras - decorrentes de adicional de parcelamento, operação DPVAT e oscilação cambial. Aguarda julgamento na esfera administrativa. (6) PIS/COFINS Juros de parcelamento - discute na esfera administrativa a exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes do fracionamento do prêmio de seguro. Aguarda julgamento de primeira instância. (7) INSS sobre PLR - Nos ramos seguros gerais não vida, e no ramo vida, discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Nos ramos seguros gerais não vida, aguarda julgamento de defesa na esfera administrativa. No ramo vida, inicialmente foi proferido julgamento favorável em sede de Apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram providos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário interpostos. (8) INSS RAT - No ramo seguros gerais não vida, discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT. Aguarda julgamento na esfera administrativa. (9) INSS REFIS - No ramo vida, discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Decisão de primeira instância parcialmente favorável. Apelação da União provida. Aguarda prazo recursal e/ou trânsito em julgado. (10) Multa IRPJ - Compensação - para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda julgamento de Apelação. (11) IRPJ/CSLL - Não adição de despesas indedutíveis - No ramo auto, discute exigência de IRPJ/CSLL, decorrente de glosa de exclusões de auto, despesas de assistência 24h e endomarketing de sua base de cálculo. Julgamento

de primeira instância parcialmente favorável, para afastar a glosa sobre assistência 24h e endomarketing. Aguarda julgamento de Recursos de Ofício e Voluntário. (12) IRPJ sobre seguro rural - Autuada em razão da dedução do resultado de Seguros Rurais da base de cálculo do IRPJ, no ano-calendário de 2014. A impugnação apresentada foi julgada improcedente. Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso voluntário. (13) PIS/COFINS sobre juros - No ramo vida, discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança/juros na esfera administrativa. Aguarda julgamento. (14) IRPJ e CSLL sobre JCP - Autuada em razão de pagamento de juros sobre o

* continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Brasil Participações S.A.** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório obtido, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicar-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 Fº SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 3 (três) membros, está instituído na empresa líder MAPFRE Brasil Participações S.A. e sua atuação também tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Investimentos Ltda., MAC Investimentos S.A. e Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Brasil Participações S.A. foi constituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de outubro de 2020, que resultou na instituição de Comitês de Auditoria nas sociedades *holdings* MAPFRE Brasil Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., que fazem parte do GRUPO MAPFRE. Tendo em conta que os integrantes dos Comitês são os mesmos, a pauta é única e os interlocutores, em geral, são comuns, o que possibilita a realização de reunião de forma conjunta, porém com registros em atas individualizadas para o Comitê de cada sociedade *holding*.

Os administradores da MAPFRE Brasil Participações S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que as empresas abrangidas estão expostas, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A empresa de auditoria independente KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria atuarial

das empresas reguladas pela SUSEP - MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. - e controladas pela MAPFRE Participações S.A., que é subsidiária integral da MAPFRE Brasil Participações S.A.

Principais Atividades
O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles internos, auditoria interna e auditoria externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, aos processos de gestão de riscos e aos relativos a transações com partes relacionadas, assim como, à supervisão da efetividade das estruturas de Compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, emitiu recomendações de aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes da auditoria interna e auditoria externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e as constantes nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a

continuidade da empresa.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Brasil Participações S.A. e discutiu com o auditor independente seu relatório e apontamentos.

Conclusões
Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- Os relatórios e as informações fornecidas pelas áreas de auditoria interna, de riscos e de controles internos indicam a efetividade de seus trabalhos;
- A Auditoria Independente é efetiva e as informações por ela fornecida constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- As demonstrações financeiras da MAPFRE Brasil Participações S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo (SP), 29 de abril de 2024.
Luiz Cláudio Ligabue - Coordenador
Edgar Jabbour - Membro Titular
Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis - Membro Titular



Na história da MAPFRE, os corretores são sempre protagonistas.

Todos os dias, cuidamos de milhões de pessoas ao redor do mundo. E isso só é possível com o apoio, a dedicação e a competência dos nossos parceiros corretores. Obrigado por estarem ao nosso lado e contem conosco. Quanto mais próximos estamos, mais longe podemos ir.

mapfre.com.br

MAPFRE
Cuidamos do que é importante para você